

Negociar déficit fica mais difícil

Seplan está decidida a expurgar accidentalidade

O governo já decidiu expurgar do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede os salários, e do Índice Geral de Preços (IGP), que determina a inflação, os aumentos de preços considerados "acidentais" (queda na produção e menor oferta de hortigranjeiros para o Rio de Janeiro e São Paulo, em consequência das últimas enchentes, por exemplo), segundo revelou ontem um assessor do ministro do Planejamento.

Ainda está em estudos, sem um consenso dentro da área econômica, o expurgo sobre o INPC e sobre a correção monetária dos aumentos de preços decorrentes da retirada do subsídio ao consumo (trigo, petróleo e açúcar), acrescentou o informante. Na próxima segunda-feira o ministro Delfim Netto receberá uma versão completa do novo pacote e o submeterá ao crivo do presidente Figueiredo.

INFLAÇÃO PREOCUPA

Um outro assessor, da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), informou que a retirada parcial dos subsídios concedidos atualmente ao trigo foi adiada para julho. A decisão, segundo explicou, teve o objetivo de evitar uma pressão adicional dos preços sobre os índices inflacionários já que a inflação de junho terá um aumento direto de até 2 por cento em decorrência do reajuste de

45 por cento nos preços dos combustíveis em vigor desde a semana passada.

Está cada vez mais remota a possibilidade de o governo retornar ao controle de preços via Conselho Interministerial de Preços (CIP), conforme o próprio secretário especial de Abastecimento e Preços Milton Dallari, admitiu na semana passada. A ideia de rever a Portaria 13, que limita em 90 por cento da correção monetária os aumentos mensais de preços, pode acabar no arquivo pessoal do ministro Delfim, comentou um assessor seu ontem à noite.

De qualquer forma, a SEAP elaborou uma alternativa fixando reajustes trimestrais para os preços industriais (lista aproximada de 280 produtos) com base na variação de 80 por cento do INPC.

A dificuldade de materializar tudo isso, conforme explicações de um técnico da SEAP, é que o retorno a uma sistemática de controle de preços iria colidir com os critérios do Fundo Monetário Internacional (FMI), defensor intransigente de uma economia aberta, sem interferência do Estado. Diante de tais obstáculos o próprio Dallari admitiu ontem que pode acontecer simplesmente a manutenção da Portaria 13, dentro dos atuais critérios.

A margem de manobra do governo para negociar a evolução do déficit público no segundo trimestre com a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) está no limite, revelou um colaborador do ministro do Planejamento.

Estudo reservado do governo mostra que, tendo estourado Cr\$ 700 bilhões no primeiro trimestre (o acertado era Cr\$ 2 trilhões 800 bilhões e o realizado foi Cr\$ 3 trilhões 539 bilhões), restaria para o segundo a imposição de um limite máximo de Cr\$ 1 trilhão 500 bilhões, enquanto a previsão original foi fixada em Cr\$ 2 trilhões 200 bilhões.

Caso o governo não consiga atingir esse teto, que já desconta o estouro, estará irremediavelmente comprometida a margem de Cr\$ 5 trilhões estabelecida para o semestre. Esse foi o principal ponto de discussão nas primeiras reuniões realizadas entre autoridades e os técnicos da missão, segundo revelou a fonte, sem indicar nenhuma conclusão.

Um outro assessor, este do Ministério da Fazenda, reconheceu que o comando econômico manteve uma atitude imobilista perante a crise gerada pelo não cumprimento das metas acertadas com o FMI. No seu entender, as alternativas técnicas são bem conhecidas pelos ministros do Planejamento e da Fazenda, mas eles estão limitados em suas ações por uma postura política do Palácio do Planalto.

Mesmo com o anunciado corte de Cr\$ 2 trilhões nos gastos globais das empresas estatais para o decorrer do segundo semestre do ano, informou um colaborador do Secretário de Controle das Estatais (Sest), estas empresas continuam como o vilão principal da história.

O mais recente levantamento feito pela Sest mostra que as "dívidas vencidas" das estatais junto a empreiteiros e fornecedores atingem a Cr\$ 302 bilhões, além de outros Cr\$ 347 bilhões relativos a financiamentos externos com cobertura da União. Outros Cr\$ 321 bilhões provenientes de adiantamentos de créditos da União, além da não-transferência de receitas obtidas com impostos e contribuições no valor de Cr\$ 321 bilhões. No total, as dívidas vencidas das estatais chegam já a Cr\$ 9,1 bilhões.

Para que o governo pudesse chegar ao final deste mês com um déficit público próximo dos Cr\$ 5 trilhões, número já tido como inviável, nos bastidores da área econômica, o Banco Central deveria apressar a limitação da emissão de títulos da dívida pública federal, estadual e municipal. Nos dois últimos casos as autoridades monetárias terão que negociar com os governadores, especialmente os de oposição, uma fórmula para resolver esse esquema.

Problema mais grave, assinala o documento, a respeito do acordo com o FMI, está do lado das empresas estatais. No primeiro trimestre do ano elas participaram com 38 por cento do déficit — Cr\$ 1 trilhão 357 bilhões — e "as perspectivas para os próximos meses não parecem mais favoráveis, a não ser que venham novas medidas contencionistas" — assinala.

O estudo foi concluído antes do anúncio do pacote da semana passada, aprovado no Conselho Monetário Nacional (CMN) e dos cortes nos dispêndios das estatais, cujos números globais foram divulgados na última terça-feira. Contudo, explica o assessor do ministro Delfim Netto, a demora no anúncio das medidas impediu que as contas do primeiro semestre apresentem um melhor desempenho e a alternativa de hoje é a renegociação das metas com a missão do FMI.

ENCONTRO ADIADO

A segunda reunião da missão do FMI com as autoridades econômicas do governo, inicialmente prevista para hoje, foi adiada para a semana que vem. Os técnicos do Fundo preferem ter mais algum tempo para destrinchar e avaliar os dados sobre a economia brasileira que estão colhendo.

Ontem, a missão passou o dia na sala para eles reservada no Banco Central. Além de examinar as estatísticas que estão recebendo, tiveram também algumas conversas paralelas com graduados assessores governamentais sobre assuntos como o critério de mensuração da dívida pública brasileira.

Neste caso, a discussão gira em torno da aplicação da correção monetária. Ou receita e despesa são corrigidos monetariamente, ou ambos são considerados sem a correção. O que não pode ser feito é corrigir só a receita e não a despesa.